

Eletronuclear amarga prejuízo de R\$ 142 milhões em 2025

Estatual federal teve queda na receita e aumento nos custos operacionais no ano passado

Por Sônia Paes

Balço da Eletronuclear, responsável pela gestão das usinas nucleares Angra 1, Angra 2 e Angra 3 (esta com obras paralisadas), mostra que a estatal federal fechou 2025 com prejuízo de R\$ 142 milhões, revertendo o lucro de R\$ 544 milhões registrado em 2024. Os números foram divulgados no site da empresa, que alega que o resultado é fruto da queda de receita e aumento de custos operacionais. A receita de suprimento com energia elétrica teve recuo. Fechou no ano passado com R\$ 4,1 bilhões contra os R\$ 4,8 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior, em 2024.

Mesmo com resultados negativos quando trata-se de custo operacional, que totalizou em torno de R\$ 1,1 bilhão, em 2025, incluindo gastos com pessoal, materiais e serviços, a presidência da Eletronuclear afirma, em nota

, “no momento em que um apagão afetou 16 estados do Brasil, as usinas nucleares de Angra dos Reis mantiveram sua operação sem alterações significativas. Além de a variação de potência ser a menor dentro todas as outras formas de geração de energia do país, elas ainda puderam contribuir para o reestabelecimento de energia de vários destes estados, especialmente os da região sudeste”.

Com relação ao desempenho das usinas, a nota diz que “em 2025 as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas.

-As unidades operaram na condição segura, conforme identificado pela Monitoração de Risco das Usinas Angra 1 e 2 em potência ao longo do ano, através de técnicas de Análise Probabilística de Segurança. Acompanhando o excelente



Receita com venda de energia nuclear recuou de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 4,1 bilhões em 2025

desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe também destacar que em 2025, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 15.832.660,2 MWh, alcançando a 4ª (quarta) maior geração da CNAEA em mais de 40 anos de operação destas usinas - informa a empresa, como consta dos dados divulgados no site oficial da Eletronuclear.

Produção histórica

A estatal federal ressalta ainda que a “produção histórica acumulada das duas usinas alcançou o valor de 396,18 milhões de MWh. Angra 1 operou durante 259 dias em 2025 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) produzindo um total de 3.935.545,69 MWh de Energia Elétrica Bruta, alcançando um Fator de Disponibilidade de 69,35% e um Fator de Capacidade de 69,65%”.

Os dados sobre Angra 2 mostram que a usina operou

durante 365 dias em 2025 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), não ocorrendo parada no referido ano, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. “A Unidade produziu 11.898.571,00 MWh de Energia Bruta, alcançando um Fator de Disponibilidade = 99,97% e Fator de Capacidade 100,39%. Não houve desarme de Reator em Angra 2 no ano de 2025, dessa maneira, a Usina completou o sexto ciclo seguido (ciclos 16, 17, 18, 19, 20 e 21) sem desarme de Reator”.

Vida útil de Angra 1

Outro ponto que teve destaque no relatório foi a extensão da vida útil de Angra 1. “O projeto assegurou a continuidade da operação da usina até dezembro de 2044, mantendo por mais 20 anos à disposição do sistema elétrico brasileiro uma capacidade de geração de 640 MW. Para ga-

rantir essa ampliação da operação da usina, a Eletronuclear desenvolveu o Programa de Extensão da Vida Útil de Angra 1.

- Também foi submetida ao IBAMA a documentação para a solicitação de uma nova licença de Operação da CNAEA em setembro de 2023. Esta documentação está sendo avaliada pelo IBAMA que fez inspeção no site da CNAEA e formalizou uma série de condicionantes - informou a empresa.

A Eletronuclear aproveita para ressaltar que “ao conceder a renovação da licença de operação, a ANSN observou o retrato da Usina naquele momento, novembro de 2024, considerando todas as melhorias, upgrades e aperfeiçoamento de processos desenvolvidos ao longo de sua vida útil original, bem como os compromissos assumidos no âmbito do Programa LTO, os quais continuarão em processo até 2030, conforme previsto”.

Tribunal de Contas da União avalia riscos nas contratações das estatais nucleares

Valter Campanato/Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, sob a relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, relatório de levantamento realizado com o objetivo de mapear e analisar os processos de aquisição, a estrutura organizacional, os controles internos e os riscos associados às empresas estatais do setor nuclear brasileiro. O levantamento da Corte de Contas incluiu as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

“Foram identificados alguns sinais de alerta, os quais não devem ser compreendidos como irregularidades individualmente comprovadas, mas como indica-

tivos de risco de fragilidade sistêmica ou de não observação de regra de negócio”, ponderou o ministro-relator.

O TCU verificou o uso excessivo de exceções ao dever de licitar. Observou-se que o perfil de aquisições da Eletronuclear, INB e Nuclep é bastante concentrado em modalidades como dispensa e inexigibilidade de licitação, que são exceções à regra. “Na Eletronuclear, as contratações por inviabilidade de competição totalizaram R\$ 5,3 bilhões. Na INB, a inexigibilidade representou 22,5% dos valores gastos. E na Nuclep, a dispensa de licitação foi a modalidade de maior materialidade, com R\$ 1,4 bilhão. Esse uso exagerado eleva os riscos de direcionamento e sobrepreço”, alertou Walton Alencar Rodrigues.



TCU verificou uso excessivo de exceções ao dever de licitar

Fragilidades nas auditorias internas

Há fragilidades apontadas pelas próprias auditorias internas. Na Eletronuclear, a auditoria interna apontou falhas graves

nos processos de inexigibilidade. Na INB, foram encontradas falhas em convocações de licitantes. E na ENBPar, por ser uma empresa recém-criada, sua auditoria interna apontou a necessi-

dade de melhorias em sua governança de aquisições.

O Tribunal apontou deficiências na qualidade e transparência dos dados. Verificaram-se problemas na qualidade dos dados fornecidos, o que dificultou a análise e o controle. Na Eletronuclear, mais de 70% dos itens contratados não vieram com a descrição do objeto preenchida.

Já a auditoria interna da Nuclep apontou que a empresa não publicava seus certames no Portal Nacional de Contratações Públicas, em afronta à legislação. Foi realizada a geração de sinais de alerta por cruzamento de dados. A análise explanatória, baseada no cruzamento de dados, gerou o total de 573 sinais de alerta.